

Assinatura da concessão do Cais Mauá é suspensa

Homologação do leilão do complexo ocorreu em março, mas contrato ainda não foi firmado; área da Capita está alagada

/ CLIMA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Havia a expectativa que a assinatura do contrato de concessão do Cais Mauá ocorresse em cerca de 60 dias após a homologação do leilão do empreendimento, que aconteceu em 18 de março. No entanto, devido aos eventos climáticos que afligem atualmente o Rio Grande do Sul, a Secretaria de Parcerias e Concessões (Separ) informa que todos os prazos que envolvem o projeto, que prevê a revitalização e uma série de empreendimentos residenciais e comerciais nesse espaço em Porto Alegre, estão momentaneamente suspensos.

Tanto a pasta ligada ao governo do Estado como o consórcio vencedor do certame, o Pulsa RS, procurados pela reportagem do Jornal do Comércio, não deram mais detalhes sobre como ficará o futuro da iniciativa. As assessorias de ambos reforçaram que é um

assunto para tratar mais adiante. Uma das maiores indagações que deverá reacender os debates sobre o tema é quanto à manutenção ou não do muro da Avenida Mauá.

O edital de concessão prevê a retirada parcial dessa estrutura e a implementação de um projeto para contenção de cheias com a instalação de barreiras fixas e removíveis. Porém, a nova solução, segundo notificou o governo do Estado, terá de ser aprovada pelos órgãos competentes. Com o aval obtido, poderá ser iniciada a construção da nova barreira e seria permitida a retirada do muro.

Apesar da previsão, há vários especialistas em hidrologia contrários à ideia. “Eu não mexeria (no muro), jamais”, afirma o hidrólogo e professor do Curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Pucrs, Jaime Federici Gomes. Ele ressalta que se trata de um investimento já consolidado e não faria sentido gastar mais recursos para substituir essa estrutura. “Se tu tens extintor de incêndio dentro dos prédios, por que

vais tirar? Não tem lógica”, compara Gomes.

Conforme o professor, se não fosse a falta de manutenção adequada, a proteção do muro da Mauá teria sido mais eficaz nessa enchente. Gomes ressalta que a conservação do sistema de proteção contra enchentes, como o muro, diques, bombas e outras soluções, tem um custo muito menor do que os prejuízos que resultaram dessa enchente. “Agora, identificando as falhas, é preciso remediá-las e consertá-las para que o sistema esteja plenamente operacional”, defende o hidrólogo. Ele acrescenta que a perspectiva é que esses fenômenos severos de chuvas, com as mudanças climáticas globais, sejam mais frequentes.

O professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Ufrgs, André Luiz Lopes da Silveira, também reforça que o complexo de contenção das cheias em Porto Alegre falhou por problemas de má conservação. “O muro está de pé, firme e forte, mas as comportas vazaram muito, por falta



SILVIA RACHEVSKY/DIVULGAÇÃO/JC

Enchentes recentes reabrem debate sobre retirada do muro da Mauá

de manutenção, de dispositivos de vedação”, aponta Silveira. Ele enfatiza que o sistema de bombeamento, para escoar a água para fora do núcleo urbano, foi outro mecanismo que deixou a desejar.

O integrante do IPH assinala que é possível substituir o muro da Mauá por um dique móvel, contudo se trata de um sistema mais complexo e oneroso financeiramente do que o atualmente

implementado. Outro ponto salientado por Silveira é sobre quem assumiria a gestão de um novo complexo de segurança contra enchentes na cidade. “A gente vai deixar na mão da iniciativa privada uma segurança pública?”, indaga o professor. Ele defende que não é uma questão de buscar culpados, porém é preciso ter uma auditoria dos sistemas de proteção do município.

Projeto prevê retirada do muro para aumentar integração do Centro de Porto Alegre

Em novembro do ano passado, quando outra enchente afetou Porto Alegre, apesar de menor impacto (naquela ocasião o Guaíba chegou a 3,30 metros e agora passou dos 5 metros), o Jornal do Comércio entrevistou o secretário estadual de Parcerias e Concessões, Pedro Maciel Capeluppi, sobre possíveis impactos de eventos como esse no processo de concessão do Cais Mauá e também quanto ao muro da Mauá. Na ocasião, ele salientou que “a

premissa principal do projeto é revitalizar a área para integrá-la com o Centro da cidade e para fazer isso é necessário tirar o muro e para essa ação é preciso transferir o sistema de contenção de cheias para a borda do Guaíba.

Capeluppi ressaltou ainda que os estudos técnicos para a concessão do empreendimento sempre levaram em conta essa preocupação com o sistema de contenção de cheias e uma das obrigações é im-

plementar uma solução mais moderna para evitar maiores estragos devido aos fenômenos da natureza. “Então, se existia essa previsão, é porque sempre houve a probabilidade de uma enchente ocorrer novamente, como tivemos lá em 1941”, adiantava o secretário.

O leilão de concessão do Cais Mauá ocorreu em fevereiro deste ano, tendo sido homologado em março. O certame teve uma única proposta, do consórcio Pulsa RS

(liderado pela empresa Spar Participações, Desenvolvimento Imobiliário e Credlar Empreendimentos Imobiliários), que vai administrar o Cais pelo período de 30 anos,

com investimentos previstos de R\$ 353,3 milhões para revitalização e qualificação do local. O trecho concedido abrange da usina do Gásômetro até a rodoviária da Capital.

Ministério adia leilão de portos devido às chuvas no RS

O Ministério de Portos e Aeroportos adiou o leilão de seis portos previsto para 23 de maio. A postergação aconteceu devido às chuvas no Rio Grande do Sul.

Esse seria o primeiro leilão portuário feito pelo governo federal em 2024 e envolvia seis áreas, quatro no porto de Recife (PE), uma no Rio de Janeiro e outra em Rio Grande (RS). A expectativa era de atrair R\$ 19 milhões em investimentos.

A nova data para o certame ainda não foi definida. Em nota, o ministério disse que a divulgação ocorrerá em breve.

O leilão adiado é pequeno na

comparação com outros previstos para 2024, principalmente em relação aos que devem acontecer no segundo semestre. Um dos projetos que está na lista é a licitação do porto de Itaguaí (RJ), com quase R\$ 3,5 bilhões em investimen-

tos previstos.

De acordo com o Ministério dos Portos e Aeroportos, em 2024, 16 empreendimentos do modal portuário vão a leilão, com previsão de investimento de R\$ 6 bilhões.



VIDROBOX

DESDE 1971

- Vidros Gerais

Temperados - Laminados - Termo-acústicos

Controle solar - Texturizados - Múltiplos

vidrobox@vidrobox.com.br - (51) 3302 - 4343



FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Avenida Assis Brasil, 8787 - Porto Alegre - RS

CNPJ: 92.953.983/0001-07

REUNIÃO ORDINÁRIA ELEITORAL EDITAL DE RERRATIFICAÇÃO

Diante das dificuldades enfrentadas por conta da catástrofe climática que atinge o Estado, que afetam também a sede da FIERGS, por conta do alagamento do bairro Sarandi, onde está localizada, **RETIFICA-SE** o edital de convocação para a Reunião Ordinária Eleitoral da FIERGS, publicado no Jornal do Comércio, no dia 15 de fevereiro de 2024, página 7, a fim de que conste: **a)** que a **eleição será realizada de forma híbrida**, isto é, o exercício de voto será realizado de maneira presencial ou remoto. Em ambos os casos, será utilizado sistema eletrônico de votação, através de conexão segura, conforme permite o artigo 65 do Estatuto Social. A plataforma eletrônica será o Sistema Eletrônico de Votação para a Indústria - SEVI. Será disponibilizado um canal de comunicação com os eleitores para informações sobre a utilização da plataforma, acesso, login/senha, esclarecimentos de dúvidas e manifestações, o qual será informado, até três dias úteis antes da eleição, via e-mail; e **b)** a alteração do local da realização da Reunião Ordinária Eleitoral agendada para o dia **21 de maio de 2024, no período das 10 às 16 horas, para a Associação Leopoldina Juvenil, (Rua Marquês do Herval, nº 280, Bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre/RS - salão Imperatriz)**, para aqueles que optarem pela modalidade presencial. **No mais, RATIFICAM-SE os demais termos do edital de convocação** anteriormente citado.

Porto Alegre, 14 de maio de 2024.

Arildo Bennech Oliveira
Presidente em exercício